

## MODOS DE GUARDA DAS CRIANÇAS NAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS

KARIN WALL<sup>1</sup>

---

O objectivo desta comunicação é o de analisar os modos de guarda das crianças pequenas (1-2 anos) nas famílias portuguesas. O trabalho inscreve-se num projecto de investigação mais amplo — *Famílias no Portugal Contemporâneo: Estruturas, Dinâmicas e Solidariedades*<sup>2</sup> - que reúne um conjunto vasto de interrogações sobre as dinâmicas internas e os contextos envolventes das famílias portuguesas. Os dados aqui apresentados foram recolhidos no âmbito de um inquérito a nível nacional, aplicado em 1999 a cerca de 3 mil famílias, a partir de uma amostra representativa do Continente. A população-alvo foi constituída pelas mulheres portuguesas entre os 25 e os 49 anos, a viver actualmente em conjugalidade e com pelo menos um filho co-residente entre os 6 e os 16 anos. Trata-se assim de uma população de famílias de “casais com filhos”, a viver com pelo menos um filho em idade escolar, e que já passaram pelo nascimento do primeiro filho e pelo problema da guarda da criança.

### Introdução

Trabalhar e ser mãe de um ou dois filhos, mesmo pequenos, passou a ser a forma mais comum de estar na vida familiar e profissional. Em trinta anos, as mulheres investiram mais no mundo de trabalho e optaram, nas famílias entrevistadas, por trajectórias mais contínuas de trabalho remunerado, menos sujeitas portanto a entradas e saídas do mercado de trabalho. O modelo da mulher-mãe sempre doméstica não desapareceu mas reduziu-se drasticamente<sup>3</sup>.

Esta transformação levanta duas grandes interrogações. Em primeiro lugar, a questão da conciliação da guarda da criança e da vida profissional, ou seja, como é que as mães têm conseguido tomar conta de crianças pequenas e trabalhar ao mesmo tempo, quase sempre a tempo inteiro. No contexto de uma disponibilidade muitas vezes qualificada de parental mas constantemente remetida para o maternal, a guarda da criança é, de forma normativa, atribuída à mãe. No entanto, a criança pode ser entregue, pelo menos durante uma parte do tempo, a outras pessoas – avós, amas, empregadas, educadores nas creches e nos jardins de infância – que tomam conta dela. A inserção da mulher no mercado de trabalho – e, portanto a sua autonomia económica – depende desta articulação que se opera entre a criança, os seus pais e as pessoas que asseguram a guarda. Importa por isso perceber como é que ela se efectuou no caso das mulheres entrevistadas, fazendo um retrato diversificado dos modos de guarda e das mudanças operadas ao longo dos últimos trinta anos. Escolhemos aqui apenas um indicador para efectuar esta análise: o modo de guarda adoptado pelas famílias entrevistadas para o primeiro filho nascido dentro da actual conjugalidade e na altura em que este tinha entre um e dois anos.

---

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ISCTE.

<sup>2</sup> Trata-se de um projecto conjunto do CIES/ISCTE e do ICS/UL. Fazem parte da equipa de investigação Karin Wall (coordenadora), Ana Nunes de Almeida, Isabel André, Vanessa Cunha, Maria das Dores Guerreiro, Sofia Aboim Inglez, Piedade Lalanda, Rodrigo Rosa e Pedro Vasconcelos.

<sup>3</sup> Nas famílias entrevistadas, uma proporção elevada (52%) das mulheres entrevistadas esteve sempre inserida no mercado de trabalho (nos três momentos da vida familiar analisados no inquérito: no início da vida conjugal, na altura do nascimento do primeiro filho e no momento actual). Apenas 12% das mulheres estiveram sempre sem trabalho remunerado e 35% tiveram trajectórias de alternância, de entradas e saídas do mercado e trabalho. Cf. K. Wall et al. *Famílias no Portugal Contemporâneo (Relatório Final)*, CIES e ICS, Outubro 2000.

A segunda interrogação refere-se ao efeito das políticas familiares implementadas desde o 25 de Abril sobre os modos de guarda das famílias. Existem neste âmbito vários elementos de política familiar que podem ser relevantes, desde as licenças de maternidade/paternidade até ao desenvolvimento das estruturas colectivas de guarda, passando ainda pelo apoio às mães através da flexibilização dos horários ou dos tempos de trabalho. Para além da licença paga de maternidade que, entre 1976 e 1999, se situou à volta dos três meses<sup>4</sup>, pode-se considerar que o outro aspecto mais importante é o crescimento ou não dos equipamentos públicos ou subsidiados pelo Estado. Deste ponto de vista, as políticas públicas evoluíram lentamente, colocando Portugal num conjunto de países (da Europa do Sul) caracterizado por taxas baixas de inserção de crianças pequenas em equipamentos socioeducativos, quando comparadas com as de alguns países europeus que, desde os anos sessenta, promoveram redes extensas de equipamentos. Esta situação tem, aliás, suscitado algumas interrogações na medida em que parece existir um desfazamento, em Portugal, entre as taxas altas de actividade feminina e as taxas baixas de cobertura dos equipamentos destinados aos cuidados das crianças. Como referem Torres e Silva (1998), “Portugal parece constituir um caso *sui generis*, sendo lógica a pergunta decorrente desta verificação: *com quem ficam as crianças enquanto os pais trabalham fora de casa?*”.

Convém, no entanto, distinguir três fases diferentes no âmbito das políticas públicas relacionadas com os cuidados às crianças. Durante o Estado Novo, a escola a partir dos sete anos era o único equipamento público de inserção das crianças. Os problemas das mulheres trabalhadoras para cuidar dos bebés e das crianças pequenas não eram sequer abordados, partindo-se do princípio de que as mães e as suas famílias eram inteiramente responsáveis pela prestação desses cuidados. Mesmo assim, com a entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho e a divulgação de novos conceitos sobre a educação pré-escolar, os sectores privado e voluntário começaram a fornecer alguns serviços para crianças em idade pré-escolar (Bairrão et al., 1990).

Uma segunda fase, na década que se seguiu ao 25 de Abril, caracterizou-se por uma mudança radical de atitude mas também uma certa dificuldade em fazer expandir os equipamentos colectivos para crianças pequenas. Apesar do reconhecimento formal em 1976 do dever do Estado em desenvolver uma *rede nacional de assistência materno-infantil* (artigo 67 da Constituição), os investimentos públicos orientaram-se mais para o desenvolvimento de outros sectores do sistema educativo, como a educação básica obrigatória. Assim, no fim dos anos oitenta, quando surgiram os primeiros relatórios sobre os modos de guarda em Portugal (Bairrão et al. 1989; Ramirez et al. 1988), a inserção de crianças pequenas em equipamentos colectivos revelava-se pouco desenvolvida: apenas 31 por cento das crianças entre os 3 e os 5 anos estavam inseridas em jardins de infância, comparado com proporções elevadas (64% ou mais) em quase todos os outros países europeus (Bairrão e Tietze, 1995).

A última fase de desenvolvimento no apoio aos cuidados com crianças pequenas caracterizou-se, ao longo dos últimos quinze anos, por um crescimento lento mas mais sustentado de equipamento colectivos. Em 1994/95, 55 por cento das crianças entre os 3 e os 5 anos estava em instituições de educação pré-escolar (apenas 29% em 1985/86) e esta proporção subiu para os 65 por cento em 1998/99. Ao longo desta terceira fase, as estratégias públicas de desenvolvimento do sector afastaram-se de um modelo baseado no conceito de “rede pública” financiada e gerida pelo Estado e aproximaram-se de um modelo pluralista caracterizado pela diferenciação institucional e pela mistura do público e do privado, levando a que três sectores repartam hoje entre si a gestão e o financiamento dos equipamentos socioeducativos: o sector público (equipamentos pertencentes ao Estado ou às câmaras); o sector privado não lucrativo subsidiado

---

<sup>4</sup> 90 dias quando foi introduzida em 1976, passando para 98 dias em 1995 e 120 dias em 1999.

pelo Estado; e o sector privado com fins lucrativos (Wall, 2000). A responsabilidade pelo desenvolvimento da educação pré-escolar encontrava-se, no fim dos anos noventa, partilhada entre os três sectores: em 1998/99 o sector privado (lucrativo e sem fins lucrativos) representava 54% do total (em número de utilizadores) sendo no entanto mais elevada a percentagem de crianças que se encontrava no sector privado sem fins lucrativos (63% do total de utilizadores no sector privado).

No entanto, a situação é diferente no que diz respeito aos equipamentos para crianças abaixo dos três anos. A taxa de cobertura é ainda baixa<sup>5</sup> e, no fim dos anos noventa, os equipamentos para este grupo etário são fornecidos sobretudo pelo sector privado sem fins lucrativos subsidiado pelo Estado (MTS). Este sector apoiado pelo Estado incluía, em 1997, mais de 80% de todos os utilizadores (Wall, 2000). São dados que apontam, em suma, para equipamentos socioeducativos que ainda se desenvolveram pouco e de forma desigual para as crianças dos zero aos três anos, o que poderá implicar, para as mães trabalhadoras, o recurso frequente a soluções “informais” de guarda asseguradas por outros familiares, por empregadas domésticas ou por amas que não se encontram ligadas formalmente a nenhuma instituição. Num estudo realizado em 1997 sobre a guarda das crianças na região da Grande Lisboa verificou-se que, quando as mães estão empregadas e as crianças têm menos de três anos, 46% ficavam com a família ou com familiares (18% com a mãe, o pai ou ambos, 16% com os avós, 2% com outros familiares), um terço ficava em equipamentos colectivos e 29% em amas (Torres e Silva, 1998).

A partir do inquérito às «Famílias no Portugal Contemporâneo» procuraremos analisar esta questão ao nível do Continente e evidenciar, também, as tendências de mudança ao longo dos últimos trinta anos.

## Principais modos de guarda

Ter um filho com um ano de idade e tomar conta dele significou, para muitas das famílias entrevistadas, a mulher ficar em casa a prestar os cuidados necessários. Mais de um terço (37%) do total das mães com filhos entre um e dois anos de idade afirma ter optado por esta solução de guarda e apenas 13% por uma solução de guarda formal num equipamento colectivo (Quadro 1). Dentro das soluções “informais” destacam-se dois modos de guarda principais: deixar a criança ao cuidado de familiares (30%) e deixar a criança num ama (12%). As outras soluções encontradas pelas famílias – deixar a criança ao cuidado de uma empregada, levá-la para o trabalho, deixar ao cuidado do pai, de uma vizinha ou até sozinha (outras soluções) – foram muito minoritárias.

**Quadro nº 1**  
**Modos de guarda do 1º filho da actual conjugalidade – 1-2 anos (N e %)**

Modos de guarda	N	%
em casa com a mãe	648	36,9
com familiares	517	29,5
em casa com a mãe / com familiares	57	3,2
creche / jardim de infância	235	13,4
ama	205	11,7
com a mãe no trabalho	19	1,1
empregada	24	1,4
outros	49	2,8
total	1754	100,0

<sup>5</sup> A taxa de cobertura para crianças abaixo dos três anos foi estimada em 12.2% para 1993/94 e em 16% no fim dos anos noventa. Cf. Maria do Rosário Ramalho, Maria do Pilar González e Margarida Ruivo *Report on Care – Portugal*, Porto, 1998.

Diz o senso comum que os familiares que tomam conta de crianças pequenas são quase sempre as “avós”. O Quadro 2 confirma o peso das avós (89%) no conjunto das diferentes categorias de “familiares” que cuidaram das crianças. Mostra, também, que foram quase exclusivamente parentes do sexo feminino (99.7%), e sobretudo do lado materno (64%), a tomar conta da criança e que, na ausência de uma avó, o mais provável é ter sido uma tia a assegurar a guarda da criança.

**Quadro nº 2**  
**Os familiares que asseguram a guarda da criança (%)**

<b>Categorias de parentes</b>	<b>%</b>
Avós	89
Tias	8
Bisavós	1
Avós e as Tias	1
Outros	1
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>Sexo</b>	<b>%</b>
Feminino	99.7
Masculino	0.3
<b>Total</b>	<b>100</b>
<b>Lateralidade</b>	<b>%</b>
Lado Materno	64
Lado Paterno	33
Bilateral	3
<b>Total</b>	<b>100</b>

De realçar, no entanto, uma variação significativa nos modos de guarda quando se olha para a década em que a criança nasceu (Quadro 3). Se escolhermos três períodos diferentes – os anos setenta, os anos oitenta e os anos noventa – constatamos que os modos de guarda adoptados sofreram mudanças importantes. Nas famílias em que o primeiro filho nasceu nos anos setenta, o modo de guarda predominante foi o de ficar em casa com a mãe. Praticamente uma em cada duas famílias optou por esta solução (44%), seguindo-se depois, como soluções mais frequentes, os cuidados prestados por familiares (30%) ou pelas avós (11%). Se tivermos em conta que os familiares são quase sempre as “mães” do casal entrevistado, podemos considerar que se trata, nos anos setenta, de um modelo de guarda maternocêntrico, na medida em que a maioria das crianças ficou ou com a mãe ou com a mãe de um dos membros do casal. A delegação da guarda da criança numa pessoa ou num equipamento exterior à família foi, no contexto dos anos setenta, francamente minoritário (18%).

Nos anos noventa, pelo contrário, já se desenha com alguma nitidez um modelo de delegação da guarda no exterior da família. A guarda na creche aumenta de forma acentuada (passando de 7% no total de crianças nascidas nos anos setenta, para 14% nas que nasceram nos anos oitenta e 19% nas que nasceram nos anos noventa) e o recurso à ama mantém as mesmas proporções, o que significa que cerca de um terço do total das famílias optou, nos anos noventa, por delegar a guarda da criança numa instituição ou numa pessoa exterior à rede de parentesco. Por outro lado, quando se olha para os modos de guarda assegurados pela família, constata-se que é a solução de “ficar com a mãe” que desce de uma forma acentuada, mantendo-se alta, pelo contrário, a proporção de soluções que remetem para uma guarda entregue a familiares que não pertencem ao núcleo do casal com filhos.

**Quadro nº 3**  
**Modos de guarda (1-2 anos) segundo o ano de nascimento do filho (%)**

Condição perante a actividade	Modos de guarda								total
	em casa com mãe	com familiares	mãe e familiares	creche	ama	c/ mãe no trabalho	empregada	outros	
1969-1979	44,3	29,8	4,0	7,1	11,1	0,6	0,3	2,8	100,0
1980-1989	38,4	28,2	2,8	13,5	11,5	1,4	1,6	2,5	100,0
1990-1999	26,8	32,6	3,8	18,4	12,6	0,8	1,5	3,5	100,0
total	36,9	29,5	3,3	13,4	11,7	1,1	1,4	2,8	100,0

Estes dados apontam para três conclusões principais. Em primeiro lugar, verifica-se uma tendência, ao longo das últimas décadas, para a diminuição das mães domésticas ser compensada quer pelo aumento gradual dos modos de guarda formais, quer pela conservação (ou subida ligeira) das soluções informais de guarda asseguradas pelos familiares e pelas amas. Em segundo lugar, o padrão de guarda materno centrado, onde predominam as mães e as avós que as substituem, deu lugar a uma repartição mais diversificada dos modos de guarda, ora centrados na mãe ou nos parentes, ora orientados para as soluções formais em equipamentos colectivos de guarda, ora ainda para as soluções informais fora da rede de parentesco (empregadas e amas). Neste modelo mais pluralista, nenhuma das soluções se destaca de uma forma muito evidente em relação às outras, notando-se apenas que, em vez da guarda da mãe, é agora a guarda pelos familiares que sobressai ligeiramente no conjunto dos modos de guarda. Em terceiro lugar, as avós representam um modo de guarda que cobre apenas uma parte dos cuidados às crianças pequenas (cerca de um quarto das soluções, se considerarmos a totalidade dos modos de guarda como no Quadro 1). Nos anos setenta eram a grande alternativa de guarda para as mães com filhos pequenos mas hoje já partilham a responsabilidade da guarda com outras pessoas e mais equipamentos.

Olhando para estes mesmos dados em função das grandes regiões do Continente, é interessante sublinhar alguns contrastes, sobretudo entre a região do Norte e a região de Lisboa e Vale do Tejo (Quadro 4)<sup>6</sup>. Nas famílias em que o primeiro filho nasceu na década de setenta, observa-se na região de Lisboa e Vale do Tejo uma proporção elevada, acima da média, da solução “ficar em casa com a mãe” e, por outro lado, uma delegação da guarda que se orientou de forma pouco acentuada para os familiares. Na região do Norte, pelo contrário, a solução de “ficar em casa com a mãe” esteve na década de setenta já bastante abaixo da média, o que indicia uma taxa de actividade já elevada de mães com filhos pequenos, e a delegação da guarda nos parentes, assim como na ama, esteve acima da média. As mudanças nas décadas seguintes apontam para trajectos diferentes: na região de Lisboa e Vale do Tejo, a solução de guarda maternal desce acentuadamente e esta descida foi compensada pela subida acentuada da solução da creche e pela manutenção da importância relativa da ama e dos familiares (estes sempre ligeiramente abaixo da média do Continente). No Norte, a descida da solução da guarda pela mãe foi menos brusca e foi compensada por um acréscimo da guarda pelos familiares, uma subida moderada da solução da creche e a manutenção da importância relativa da ama. Em suma, pontos de partida diferentes e evoluções diversas levaram a pontos de chegada diferenciados. Na década de noventa, a região de Lisboa emerge com um padrão de delegação da guarda menos familiar e mais institucional do que a região do Norte, que se caracteriza por uma delegação da guarda onde se destacam

<sup>6</sup> No Inquérito «Famílias no Portugal Contemporâneo» foram entrevistadas 669 famílias no Norte, 310 no Centro, 645 em Lisboa e Vale do Tejo, 90 no Alentejo e 62 no Algarve. Embora os resultados do Inquérito não tenham, de facto, representatividade ao nível das regiões (NUTS II), mas apenas ao nível do Continente (NUTS I), os dados permitem traçar algumas tendências e verificar diferenças/semelhanças ao nível das regiões.

claramente a guarda pelos familiares e uma menor inserção de crianças em equipamentos colectivos.

**Quadro nº 4**  
**Modos de guarda (1-2 anos) segundo o ano de nascimento do filho, por regiões (%)**

Modos de guarda		em casa com mãe		com familiares		mãe e familiares		creche		ama		com mãe no trabalho		empregada		outros		
		70	90	70	90	70	90	70	90	70	90	70	90	70	90	70	90	
Décadas		70	90	70	90	70	90	70	90	70	90	70	90	70	90	70	90	
REGIÕES (NUTS II)	Norte	38,3	31,5	34,8	39,0	4,3	3,4	3,5	11,6	13,5	11,0	1,4	1,4	—	—	4,3	2,1	
	Centro	48,1	20,6	29,6	31,7	5,6	9,5	11,1	17,5	3,7	15,9	—	—	—	—	1,9	4,8	
	Lisboa e Vale do Tejo	51,0	25,0	24,5	26,9	1,0	2,6	7,1	24,4	13,3	12,2	—	0,6	1,0	3,8	2,0	4,5	
	Alentejo	44,4	23,8	27,8	33,3	11,1	—	11,1	23,8	5,6	14,3	—	—	—	—	—	—	4,8
	Algarve	42,9	30,0	21,4	30,0	7,1	—	21,4	20,0	7,1	20,0	—	—	—	—	—	—	—
total		44,3	26,8	29,8	32,6	4,0	3,8	7,1	18,4	11,1	12,6	0,6	0,8	0,3	1,5	2,8	3,5	

Para além da influência do contexto social, medido aqui através da época/década em que nasceu a criança, importa também sublinhar o impacto de três outras variáveis na configuração dos modos de guarda: o nível de escolaridade da mulher, a classe social do casal e a condição da mulher perante a actividade.

No Quadro 5, constata-se que o nível de escolaridade da mulher tem um impacto considerável nas soluções de guarda adoptadas. Pode-se distinguir quatro situações diferentes:

- Nas famílias onde a mãe não tem nenhum nível de escolaridade, existe um padrão maternocêntrico centrado na guarda pela mãe: a grande maioria das crianças (61%) ficaram em casa com a mãe, apenas 20% com outros familiares e uma proporção baixíssima na creche (6%) ou numa ama (7%).
- Nas famílias com um nível de escolaridade baixo (abaixo do ensino básico), existe um padrão maternocêntrico onde “ficar em casa com a mãe” continua a ser a solução principal de guarda mas a guarda pelos familiares já atinge proporções médias. A solução da creche e da ama também já assumem valores mais elevados do que na situação anterior.
- Nas famílias com um nível de ensino médio (secundário ou superior médio) encontramos um modelo pluralista de modos de guarda em que já predomina a delegação da guarda da criança: “ficar em casa com a mãe” é uma solução minoritária (utilizada por uma em cada sete ou oito famílias), a guarda pelos familiares encontra-se na média e a delegação no exterior da família e dos parentes assenta sobretudo nas soluções da creche (24%) e da ama (16% - secundário; 21% - superior médio). De notar que a solução da empregada doméstica desponta aqui como uma solução possível mas com proporções baixíssimas, o que indica que, no caso de serviços de guarda pagos, são as soluções da creche e da ama que representam as principais opções.
- Nas famílias onde a mulher tem o ensino superior, encontramos um modelo de delegação da guarda da criança. Ficar em casa com o filho já não parece constituir uma opção, na medida em representa apenas 5% das soluções de guarda. No entanto, a delegação da guarda é sobretudo nos familiares (35%, um valor acima da média) e, com valores mais baixos, na

creche (24%) ou na empregada doméstica (17%). A solução da ama é, aqui, claramente preterida a favor da empregada doméstica em casa da família.

**Quadro nº 5**  
**Modos de guarda do 1º filho da actual conjugalidade (1-2 anos), segundo o nível de escolaridade da mulher (%)**

Nível de escolaridade	Modos de guarda								total
	em casa com mãe	com familiares	mãe e familiares	creche	ama	c/ mãe no trabalho	empregada	outros	
Sem escolaridade	60,9	20,7	3,4	5,7	6,9	—	—	2,3	100,0
Primário	46,5	28,7	3,2	7,0	10,7	1,7	—	2,2	100,0
Preparat/unificado	36,1	30,0	3,8	15,2	10,8	0,9	0,2	3,1	100,0
Secundário	18,3	33,0	2,0	24,9	15,7	0,5	2,5	3,0	100,0
Bacharelato/médio	13,0	29,6	—	24,1	21,3	0,9	6,5	4,6	100,0
Superior e mais	4,5	34,8	7,6	24,2	9,1	—	16,7	3,0	100,0
total	36,9	29,5	3,2	13,4	11,7	1,1	1,4	2,8	100,0

A classe social do casal (no momento actual) permite identificar, com mais clareza do que o nível de escolaridade, a influência das situações socio-profissionais nas estratégias de guarda. Importa sublinhar, neste contexto, duas dimensões da situação social e profissional dos casais que têm um impacto significativo nos modos de guarda: o facto de trabalhar por conta própria, por um lado; e o facto de trabalhar em actividades por conta de outrem de remuneração baixa (na agricultura e na indústria), por outro:

- Verifica-se assim no Quadro 6 que, nas famílias camponesas e de independentes e pequenos patrões, as mães (ou as mães juntamente com outros parentes) ficam muitas vezes com a guarda da criança, existindo nestas situações socio-profissionais uma tendência para procurar juntar e conciliar, no mesmo local ou em locais próximos, o trabalho familiar por conta própria e a permanência da criança em casa. O padrão de guarda maternocêntrico maternal assume, nestes meios sociais, valores muito elevados, baixando as soluções de delegação da guarda, especialmente as soluções pagas, para valores abaixo da média (sendo esta tendência mais marcada nas famílias camponesas, ou seja, no meio rural).
- No que diz respeito às outras classes sociais, nota-se que nos meios populares o modelo maternocêntrico tem valores acima da média no operariado industrial e nos operários mistos (agrícolas e industriais) e mais próximos da média nos empregados executantes e nos casais de empregados executantes e operários industriais. É também nestes grupos sociais que as soluções pagas da ama assumem valores mais elevados, excepto nos operários agrícolas e industriais onde, à semelhança dos camponeses, tanto a creche como a ama tem valores insignificantes. O campo, a indústria e os serviços marcam assim, de alguma forma, o tipo de delegação escolhido nos meios populares: o campo evita os serviços pagos (ou não acede a eles); o operariado industrial recorre mais à ama – de uma forma geral mais barata e com horários mais flexíveis – do que à creche; os empregados dos serviços recorrem tanto à ama como à creche.
- No topo da escala social, pelo contrário, é o modelo de delegação da guarda que se destaca. Nestas famílias a solução da guarda pela mãe desce para valores muito abaixo da média e a solução da creche sobe para valores muito acima da média. As outras soluções de guarda são, no entanto, mais variadas: a empregada doméstica é, ao lado da creche, o modo de guarda mais importante nas famílias de empresários e dirigentes, enquanto que nos outros dois meios sociais destacam-se sobretudo, ao lado da creche, a delegação nos familiares e a delegação na ama.

**Quadro nº 6**  
**Modos de guarda do 1º filho da actual conjugalidade (1-2 anos), segundo a classe social do casal (%)**

Classe social	Modos de guarda								total
	em casa com mãe	com familiares	mãe e familiares	creche	ama	c/ mãe no trabalho	empregada	outros	
empresários e dirigentes	15,0	20,0	—	22,5	7,5	2,5	30,0	2,5	100,0
prof. intelectuais e científicas	14,9	28,7	4,6	25,3	18,4	—	4,6	3,4	100,0
prof. técnicas e de	14,0	39,9	1,6	26,9	12,4	—	2,6	2,6	100,0
enquadramento intermédio independentes e pequenos patrões	46,3	23,8	2,5	10,4	10,4	1,6	0,3	4,7	100,0
camponeses	63,7	14,3	12,1	2,2	3,3	1,1	2,2	1,1	100,0
empregados executantes	33,5	28,0	1,3	20,8	13,1	1,3	—	2,1	100,0
operários industriais	42,7	33,2	2,1	6,5	13,2	1,0	—	1,3	100,0
empreg. execut. + oper. industriais	30,2	33,5	5,3	13,5	13,9	1,6	—	2,0	100,0
operariado misto	43,8	39,1	4,7	3,1	4,7	—	—	4,7	100,0
total	36,3	29,9	3,2	13,6	11,9	1,1	1,4	2,6	100,0

Os dados que acabámos de analisar são importantes para identificar os padrões de guarda em função das posições ocupadas na estrutura social mas misturam as mulheres activas, empregadas ou desempregadas, e as domésticas. Convém, por isso, olhar agora para o impacto da condição perante a actividade económica nos modos de guarda. O Quadro 7 mostra que as domésticas optaram maioritariamente, como seria de esperar, pela guarda da mãe. Mesmo assim, algumas optaram por delegar a guarda, parcialmente ou na totalidade, em familiares e um pequeno número puseram a criança na creche ou numa ama. A interpretação destes dados deve ser feita, na nossa opinião, com alguma prudência e de dois pontos de vista. Temos, por um lado, mulheres que, apesar de serem domésticas, preferiram delegar a guarda da criança a tempo inteiro ou parcial. Embora minoritária, esta tendência tem sido evidenciada noutros países europeus. Por outro lado, é provável que nesta categoria de domésticas estejam incluídas algumas mulheres que, de facto, trabalham mas que declararam ser domésticas; como se sabe, é frequente isto acontecer nos meios rurais quando a mulher trabalha profissionalmente em casa ou de forma irregular fora de casa. Parece-nos difícil que um pequeno número de casos deste tipo não tenha passado para o nosso inquérito.



**Quadro nº 7**  
**Modos de guarda do 1º filho da actual conjugalidade (1-2 anos), segundo a condição perante a actividade da mulher (%)**

Condição perante a actividade	Modos de guarda								
	em casa com mãe	com familiares	mãe e familiares	creche	ama	c/ mãe no trabalho	empregada	outros	total
empregadas	17,8	39,4	3,1	17,5	15,7	1,5	1,8	3,3	100,0
domésticas	81,9	7,7	3,1	3,5	2,2	0,4	—	1,1	100,0
desempregadas	54,3	17,2	4,3	10,3	9,5	—	—	4,3	100,0
outras	27,1	29,4	6,3	16,7	10,4	—	6,3	4,2	100,0
total	36,9	29,5	3,2	13,4	11,7	1,1	1,4	2,8	100,0

Também como seria de esperar, as mulheres activas empregadas são as que mais delegaram a guarda da criança noutras pessoas. O modelo de guarda acompanha aqui de perto o padrão médio que identificámos para os anos noventa: uma criança em três ficou à guarda de uma pessoa não aparentada, quase sempre numa creche ou numa ama, e uma criança em quarto ficou com familiares ou com a mãe e familiares. No entanto, a solução da guarda efectuada só pela mãe trabalhadora ainda manteve valores bastante elevados: 17,8% ficaram com a mãe em casa e 1,5% foram com a mãe para o trabalho. A interpretação destes dados, nomeadamente da aparente contradição entre a actividade e a guarda materna, exige, mais uma vez, algum cuidado. São de considerar duas hipóteses principais no caso das mulheres activas que dizem ficar em casa com a criança. Em primeiro lugar, podemos pensar que estas mulheres activas trabalham por conta própria ou “em casa” e conciliam dessa forma, no local de trabalho que também é a casa da família, a vida profissional e a guarda da criança. Uma análise da classe social (Quadro 8) destas famílias revela, efectivamente, que quase metade destas famílias são camponesas por conta própria ou de independentes e pequenos patrões. Podem também existir, mas já não podemos contabilizá-los, casos de trabalho operário a domicílio (trabalho têxtil à peça, máquina de costura em casa, etc.) ou de trabalho intelectual ou administrativo realizado em casa. Mesmo havendo mais alguns casos de trabalho a domicílio, é provável, no entanto, que nem todos os casos se encaixem nas situações acima referidas, o que nos leva a considerar uma segunda hipótese: a possibilidade da mulher ser de facto activa, mas deixar o filho sozinho em casa quando vai trabalhar. Pode ser ela, de facto, a pessoa que cuida do filho a maior parte do tempo mas isso não significa que não tenha saído de casa às cinco da manhã para fazer limpezas e deixado o filho a dormir, ou que não tenha deixado o filho sozinho em casa para ir fazer umas horas de trabalho a jornal. No nosso inquérito, só uma mulher ousou dizer que o filho ficava sozinho quando ela ia trabalhar (esta resposta foi inserida em “outras soluções”). Mas o facto de ela ter sido referida e de sabermos, através de testemunhos e de estudos, que existem situações de negligência (Wall, 1998, Almeida et al. 1999), leva-nos a pensar que estarão também aqui incluídos alguns casos de crianças que ficaram sozinhas. Não podemos quantificá-los com rigor mas é possível estimar que atingiram um número máximo de 101 mulheres activas empregadas (as que disseram que tinham ficado em casa e que não pertencem a famílias camponesas ou de pequenos patrões, e excluindo os possíveis casos de trabalho operário ou científico a domicílio), o que representa uma proporção de 8.9% das mulheres activas empregadas e, no total dos modos de guarda, uma proporção de 5.8%. É evidente que se trata aqui de uma primeira interpretação que precisará de uma análise mais apurada para se perceber estas situações.

**Quadro nº 8**  
**Mulheres activas (empregadas) que “ficam em casa com o filho”, por classe social actual do casal (N e %)**

Classe social	N	%
empresários e dirigentes	2	1,0
profissões intelectuais e científicas	3	1,5
profissões técnicas e de enquadramento intermédio	11	5,6
independentes e pequenos patrões	56	28,6
camponeses	39	19,9
empregados executantes	19	9,7
operários industriais	35	17,9
empregados executantes + operários industriais	22	11,2
operariado misto (assalariados agrícolas e assalariados agrícolas + operários industriais)	9	4,6
total	196	100,0

### Comentários finais

Da análise dos modos de guarda que permitem conciliar a vida profissional e familiar nas famílias entrevistadas pode-se concluir que:

- No caso das crianças nascidas nos anos setenta, foram as mães e as avós que tomaram conta delas (79% das crianças ficaram à guarda da mãe ou de um familiar, quase sempre a avó). O apoio dado pela rede de familiares foi, assim, a principal alternativa à guarda da mãe para os casais que tiveram o primeiro filho nestes anos. Este dado é importante porque ajudar-nos a perceber a existência, na sociedade portuguesa, de uma representação que atribui à “família e aos familiares” a guarda das crianças pequenas.
- Ao longo das últimas décadas deu-se uma passagem de um modelo maternocêntrico, de crianças guardadas pelas mães e pelas avós, para um modelo “misto” de delegação da guarda da criança (de 79% de crianças guardadas pelas mães ou pelos familiares nos anos setenta, passou-se para 66% nos anos oitenta e 59% nos anos noventa). No novo padrão de guarda mais centrado na delegação, a solução de “ficar em casa com a mãe” diminuiu de forma acentuada (de 44% para 27% do total), a solução da creche aumentou (de 7% para 18%) e a guarda delegada nos parentes e na ama manteve a sua importância relativa.
- O acesso aos diferentes modos de guarda foi desigual. As famílias mais favorecidas utilizaram soluções de guarda variadas e recorreram frequentemente à creche. As famílias muito desfavorecidas (sem escolaridade) tiveram menos apoio familiar e quase não recorreram aos equipamentos e aos serviços pagos. Nestas famílias a solução principal continuou a ser a mãe, o que pode ter posto em risco os cuidados à criança quando a mãe trabalhava. Os dados também apontam para algumas mães trabalhadoras, sobretudo de meios populares mas não só, que tiveram a responsabilidade da guarda da criança quando estavam a trabalhar. Apesar de esta situação recobrir casos em que era possível conciliar a vida profissional e familiar, também aponta para casos em que a guarda da criança pode não ter estado devidamente assegurada, sublinhando assim a necessidade de avaliar, com mais rigor, as falhas em equipamentos e amas para as famílias, sobretudo para as de menores recursos (materiais ou humanos).

## Bibliografia

- Almeida, A. Nunes et al. (1998). "Relações familiares. Mudanças e Diversidade", in J. Viegas e A. Costa (orgs.). *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.
- Almeida, A. Nunes et al. (1999). *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal* (Relatório Final), Lisboa, ICS/Universidade de Lisboa, (texto policopiado).
- Bairrão, J. et al. (1989). "Care and education for children under 6 in Portugal", in P. Olmsted and D. Weikart (coord.), *How Nations serve young children: profiles of child care and education in 14 countries*, High Scope Press, Ypsilanto, Michigan.
- Bairrão, J., Barbosa, M., Borges I., Cruz, O. e Macedo-Pinto, I. (1990). *Perfil nacional dos cuidados prestados às crianças com idade inferior a 6 anos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bairrão, J., Tietze, W. (1995). *A educação pré-escolar na União Europeia*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Bloch, F, e Buisson, M.(1998). *La garde des enfants – Une histoire de femmes*, Paris, L'Harmattan.
- Borchorst, A., (1990). "Political Motherhood and Child Care Policies: A Comparative Approach to Britain and Scandinavia", in C. Ungerson (ed.), *Gender and Caring: Work and Welfare in Britain and Scandinavia*, London, Harvester Wheatsheaf.
- Comissão Europeia (1996). *A Review of Services for Young Children in the European Union 1990-1995*. European Commission Network on Childcare and other Measures to Reconcile Employment and Family Responsibilities, Bruxelas.
- Guerreiro, M. D. (org.) (1998). *Trabalho, Família e Gerações – Conciliação e Solidariedades*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Hantrais, L. (1990). *Managing Professional and Family Life*, Dartmouth Publishing Company, Aldershot.
- Hespanha, P. et al. (2000). *Entre o Estado e o Mercado. As Fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal* Coimbra, Quarteto Editora.
- Jenson, J. e Sineau, M. (dir.) (1998). *Qui doit garder l'enfant? Modes d'accueil et travail des mères dans l'Europe en crise*, Paris, L.G.D.J..
- Kamerman, S. B. e Kahn, A.J. (1991), *Child care, parental leave and the Under 3s: Policy Innovation in Europe*, Auburn House, Westport.
- Leira, A. (1992). *Welfare States and Working Mothers: the Scandinavian Experience*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Portugal, S. (1995). "As mãos que embalam o berço: um estudo sobre as redes informais de apoio à maternidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 42, pp. 155-178.
- Ramirez, M. E. (1988). *Criança portuguesa: que acolhimento? (Relatório)*, Lisboa, IAC, Ed. Império.
- Ramalho, M. R., Gonzalez, M.P., e Ruivo, M. (1998). *Report on Care – Portugal*, Porto, Faculdade de Economia.
- Torres, A. e Silva, F. (1998). "Políticas Sociais e a Questão do Acolhimento das Crianças em Portugal", *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 1, pp. 45-90.

Wall, K (1997). "Portugal: Issues concerning the Family", in J. Ditch et al. (eds.) *Developments in National Family Policies in 1996*, York/Bruxelas, Comissão Europeia, pp. 213-249.

Wall, K (1998). *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

Wall, K., Cunha, V., Inglez, S. e Vasconcelos, P. (1999). "Families and Support Networks in Portugal: The reproduction of inequality", Comunicação apresentada na Fourth European Conference of Sociology, European Sociological Association, Amesterdão (texto policopiado).

Wall, K. et al. (2000). *Famílias no Portugal Contemporâneo (Relatório Final)*, Lisboa, CIES/ ISCTE e ICS/UL.

Wall, K.(2000). "Family Change and Family Policy in Portugal", in S. Kamerman e A. Kahn (eds.) *Family Change and Family Policies in France and Southern Europe*, Oxford, Clarendon Press, (no prelo).